



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 160/2025

Requer do Prefeito Municipal a instrução do Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro – RIOF, com o objetivo de embasar tecnicamente a futura apresentação de Projeto de Lei que tratará da concessão de incentivos fiscais para obras de construção sustentável no município.

Senhor Presidente,

O(s) Vereador(es) abaixo assinado(s) requer(em) a Vossa Excelência, ouvida a Casa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Silva e Luna, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, para que se digne encaminhar a esta Casa de Leis, dentro do prazo legal, a instrução do Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro – RIOF, com o objetivo de embasar tecnicamente a futura apresentação de Projeto de Lei que tratará da concessão de incentivos fiscais para obras de construção sustentável no município.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade garantir a análise técnica e econômica acerca da viabilidade da concessão de incentivos fiscais para construções sustentáveis no município de Foz do Iguaçu. Pretende-se apresentar um Projeto de Lei que estimule práticas de bioconstrução, incentivando o uso de materiais sustentáveis, eficiência energética, gestão eficiente de recursos hídricos, qualidade ambiental e gestão adequada de resíduos da construção civil.

A sustentabilidade nas construções é um tema de grande relevância global, e cidades que adotam políticas públicas voltadas à construção ecológica colhem benefícios ambientais, econômicos e sociais. O incentivo à bioconstrução pode gerar uma economia significativa nos custos energéticos e hídricos, além de fomentar a economia local, com a geração de empregos na área da construção sustentável.

A concessão dos incentivos fiscais será baseada na adoção de critérios de sustentabilidade, podendo incluir descontos progressivos de 20% a 100% no IPTU, conforme os padrões de construção adotados. No entanto, para que a iniciativa seja viável e juridicamente embasada, faz-se necessária a instrução de um Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro – RIOF, a fim de:

1. Estimar o número de contribuintes que poderão ser contemplados com a isenção fiscal;





Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

2. Identificar possíveis fontes de compensação orçamentária, como valores disponíveis em dotações específicas, emendas parlamentares não executadas ou outras verbas públicas que possam complementar a isenção;

3. Garantir a compatibilidade da medida com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A solicitação se faz necessária, pois, conforme estabelece o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e os artigos 150, § 6º, e 165, §§ 2º e 6º, da Constituição Federal, toda renúncia de receita deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, além das devidas medidas de compensação.

Diante da relevância do tema e da necessidade de embasamento técnico para a futura tramitação do Projeto de Lei, solicitamos a instrução do RIOF para avaliar os impactos da proposta sobre as finanças públicas municipais.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 24 de março de 2025.

Dr. Ranieri Marchioro

Vereador



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B3F7-6CCD-A41C-2E1A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RANIERI ALBERTON MARCHIORO (CPF 588.XXX.XXX-00) em 15/04/2025 13:10:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fozdoiguacu.1doc.com.br/verificacao/B3F7-6CCD-A41C-2E1A>